



Resistir para **ReExistir**

contra a medicalização da educação e da sociedade





MEDICALIZAÇÃO/PATOLOGIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA VIDA

Há várias gestões, O CRP SP tem feito o enfrentamento desta bandeira, democraticamente definida e reafirmada a cada Congresso Nacional de Psicologia.

Entendendo a medicalização/patologização da educação e da vida como um processo/atitude que transforma artificialmente questões não médicas em médicas e/ou atribui aspectos da vida - de diferentes ordens - a "doenças", "transtornos", "distúrbios". Cabe lembrar que Medicalização não diz respeito unicamente ao uso de medicamentos de modo impróprio, mas a uma lógica em que questões coletivas são tomadas como individuais e problemas sociais, econômicos, educacionais ou políticos, apontados unicamente como biológicos. Como consequências tem-se a manutenção da desresponsabilização de pessoas, instituições e governos perante situações de sofrimento, discriminação e exclusão.

O CRP SP em parceria com diversas entidades, outros conselhos profissionais, serviços e movimentos afins da psicologia, dentre os quais o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e o Despatologiza - Movimento pela Despatologização da Vida, vem realizando e apoiando eventos que discutem o enfrentamento dos processos de Medicalização.

As principais ações tem sido:

- dar visibilidade à data 11 de Novembro – Dia Estadual de Luta Contra a Medicalização e Dia Municipal de Enfrentamento à Medicalização da Educação e da Sociedade em diversos Municípios;
- acompanhar projetos de lei que têm como resultado a medicalização/patologização, em especial de crianças e adolescentes na escola, relacionados à Dislexia e ao TDAH, à manicomialização, ao uso de substâncias psicoativas, às questões étnico-raciais e de gênero, dentre outras.

Dada a abrangência do fenômeno e as consequências desastrosas para a vida das pessoas, tem sido fundamental que o CRP elabore notas técnicas e diversos documentos que auxiliem a categoria a identificar criticamente práticas patologizantes, medicalizantes e judicializantes, visando continuar apoiando este enfrentamento, de todas as formas possíveis.

É importante salientar que, a partir de práticas desmedicalizantes de profissionais em diferentes setores, incluindo psicólogos/os, e de sua efetiva participação crítica em espaços de construção de políticas públicas, alguns frutos vem sendo colhidos:

- a) protocolo do metilfenidato implantado em Campinas /SP, como uma experiência pioneira;
- b) Portaria no município de São Paulo/SP sobre uso de protocolo para prescrição de metilfenidato;
- c) construção de protocolos – em andamento – em muitos municípios, dentro e fora do estado de São Paulo;
- d) Recomendações do Ministério da Saúde para adoção de práticas não medicalizantes e para adoção de protocolos estaduais e municipais de dispensação do metilfenidato para prevenir a excessiva medicalização de crianças e adolescentes;
- e) a divulgação a todas as unidades educacionais do país destas Recomendações pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Assim, **constatamos** que muito já caminhamos, mas ainda há muito a se construir. Sigamos lutando pela Desmedicalização da Educação e da Sociedade!

